

Um estudo de caso sobre o uso do Monitoramento Eletrônico em mulheres.

Luciane Soares da Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Luiza Lacerda Carvalhido – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Resumo: Este trabalho é um recorte do projeto de dissertação que tem como objeto de estudo as representações sociais de condenados pela justiça a usarem a tornozeleira de monitoramento eletrônico, em situação de progressão de regime de pena ou como cumprimento de medida cautelar. O recorte será feito a partir de um estudo de caso de uma apenada grávida, que reside na cidade de Itaperuna/RJ e que está fazendo uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico de preso. Partindo do relato das experiências de vida dessa apenada, pretende-se estudar e entender o estigma que essa jovem mãe sofre.

Palavra-chave: Monitoramento Eletrônico de presos; mulheres grávidas.

Resum: This paper is a cut out of the dissertation project that has the objective to study the social representation of the convicted by the justice to use the electronic monitoring, in progress of regime fine or in progress of cautelar regime. The cut out will made by the case study of a young mother convicted by the justice to use the electronic monitoring that lives in Itaperuna/RJ. Starting with the life story of these convicted is intended to study and understand the stigma this young mother suffers.

Keywords: electronic monitoring of the convicted by the justice; pregnant women.

Introdução

Desde o meu último encontro com Eva, não consigo parar de pensar em tudo o que conversamos. Eva é uma jovem que foi colocada no meu caminho, assim totalmente por acaso, num dia qualquer de primavera no ano de 2014. Estávamos em lados opostos da rua, esperando o sinal

abrir para atravessar. Seus longos cabelos negros balançavam com a leve brisa e me chamaram a atenção. Quando olhei para ela, vi que estava grávida e quando começamos a atravessar a rua, percebi que ela usava uma tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos. Fiquei meio perdida, sem saber o que fazer. E resolvi voltar e ir atrás dela. Apertei o passo e consegui alcançá-la. Me identifiquei e perguntei se poderíamos conversar, ela ficou meio desconfiada mas trocamos número de telefone.

Voltei meus pensamentos para o que precisava fazer naquele dia, mas a imagem que sempre vinha a minha mente, era daquela mulher, jovem e mãe, com a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos. Era para aquela criança nascer livre mas sua mãe sua estava presa! A liberdade é o segundo maior direito do homem. E até que ponto a liberdade da mãe influencia a liberdade do recém-nascido e ou da criança? Ainda não encontrei resposta para essa pergunta.

Os dias se passaram e resolvi ligar para Eva, ela tinha sido internada para ganhar o bebê. E mais uma vez, lá estava a Eva em meus pensamentos. Este momento é único para qualquer mulher, e como seria para ela dar a luz a um filho e passar por tudo isso monitorada? E após alguns desencontros, consegui marcar com Eva um dia para conversarmos na casa dela.

A casa da Eva fica numa comunidade carente na cidade de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro. Eva é uma jovem de 21 anos de idade, foi mãe a primeira vez aos 17 anos de idade, de pele branca, alta, com olhos e cabelos longos e negros. Com um filho agarrado em suas pernas e com o bebê no colo, lá estava Eva no portão de sua casa a minha espera. Vestia um short jeans, uma camiseta e chinelos, estava com os cabelos negros presos num coque no alto da cabeça. Aparentava um pouco de cansaço. E com uma voz suave me recepciona com um “Olá. Foi difícil encontrar a casa?” E assim dei início a este trabalho.

O objetivo deste trabalho é mostrar como o estigma e o monitoramento eletrônico de presos se correlacionam através de relatos de história de vida de uma apenas grávida que usa o monitoramento eletrônico de presos. Pretendo mostrar como é o cotidiano, as relações e sentimentos de uma jovem mãe que ainda não racionalizou que sofre preconceitos, discriminação e estigma. Uma jovem mãe que ainda sonha em se formar em técnica de enfermagem e assim poder ajudar e cuidar de outras pessoas.

O trabalho será dividido em quatro partes. Inicia-se com a discussão sobre o estigma e o Monitoramento Eletrônico de presos com arcabouço teórico da obra Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada do Erving Goffman, constituindo-se assim a primeira parte. É necessário trazer alguns apontamentos sobre o Sistema Prisional e dados do cárcere brasileiro bem como sobre o Monitoramento Eletrônico de Presos, e isso corresponderá a segunda e terceira parte.

Em seguida serão apresentados alguns trechos do relato de história de vida da apenada. O relato será dividido em quatro momentos. O primeiro momento será a vida pregressa e infância da Eva; o segundo momento será o encontro com o tráfico; o terceiro momento o encontro com a prisão e com o Monitoramento Eletrônico de presos e o quarto momento será o nascimento do bebê e a liberdade monitorada.

1 – O estigma e o Monitoramento Eletrônico de presos

O arcabouço teórico que fundamenta esse recorte é a obra Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, do Erving Goffman. Logo no prefácio da obra, ele define estigma como a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. E partindo dessa definição podemos incluir o apenado que usa o Monitoramento Eletrônico nesse conceito.

Com base nesse pressuposto, o autor parte das relações mistas para fundamentar a discussão sobre estigma. Ou seja, focaliza os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma situação social, na presença física imediata um do outro. Quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social”. Nesse ponto, estamos fazendo algumas afirmativas em relação aquilo que o indivíduo que está a nossa frente deveria ser.

Goffman considera o papel que a sociedade exerce de categorizar as pessoas, de estabelecer normas, de firmar atributos tidos como normais, mostrando que quando um atributo deprecia o indivíduo, ele se torna um estigma. Aponta para a relação existente entre tais normas e as afirmações das identidades, sejam elas individuais ou sociais.

O autor em questão conceitua a idéia de identidade firmando a diferença entre, aquilo que denomina, de uma identidade social virtual e identidade social real. Identidade social virtual é o que esperamos que uma pessoa deva ser, ou seja, a identidade virtual está em nós também, mas em uma

atmosfera não concreta. Nela encontramos todas as impressões que os outros formam, ou têm de nós mesmos, que podem se manifestar depois que alguém nos conhece, ou mesmo antes, tendo suas bases naquilo que esperam da gente. E a identidade social real, aquela baseada nos atributos que a pessoa realmente possui. A identidade social real é a que interage com outras pessoas e, na maioria das vezes, vai conduzir a maneira como a sociedade responde ao indivíduo. É o que todo mundo percebe do outro.

O termo estigma oculta uma dupla perspectiva: a condição do desacreditado e do desacreditável. O desacreditado é quando o indivíduo assume que a sua característica estigmatizadora distinta já é conhecida ou imediatamente evidente. O desacreditável tem a sua característica estigmatizadora desconhecida e imperceptível. Goffman, afirma que em alguns momentos é possível que o indivíduo estigmatizado tenha experimentado a ambas as situações.

Com Eva não foi diferente. Em alguns momentos, o Monitoramento Eletrônico a deixa em situações de desacreditada, como quando está com sua família ou quando conversa comigo, uma vez que o Monitoramento Eletrônico fica em evidência e é o tema da nossa conversa. E ela vive situações de desacreditável quando precisa viajar para Campos dos Goytacazes para fazer a manutenção do Monitoramento Eletrônico e manipula a informação social “escondendo”; encobrendo o ME ao usar calças jeans, legging e vestidos longos. Quando fica com medo de acontecer alguma abordagem policial ao ônibus e ser encontrado algo ilícito e a posse desse material ser imediatamente ligada a ela por estar usando o Monitoramento Eletrônico. A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais, e sim da manipulação da informação sobre o seu estigma, seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revela-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde.

Goffman apresenta o símbolo de estigma que é um símbolo especialmente efetivo que desperta a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo. (GOFFMAN, 1988, p. 53).

Alguns signos trazem informação social, cuja presença, inicialmente, se deve a outras razões, tem apenas a função informativa superficial. É o caso do Monitoramento Eletrônico, que trás a informação social. Contudo não é congênito, mas em função de uma vez empregado, deixa marcas permanentes, já que o indivíduo vai ser reconhecido como ex-presidiário.

Quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só ao lhe dirigir a atenção é provável que ela sinta que estar presente entre normais a expõe cruamente a invasões de privacidade. Esse desagrado em se expor pode ser aumentado por estranhos que se sentem livres para entabular conversas nas quais expressam o que ela considera uma curiosidade. Os indivíduos estigmatizados, pelo menos os “visivelmente” estigmatizados, terão motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada. Foi o que aconteceu com Eva quando ela foi ganhar o bebê. Ela estava preocupada com o que as pessoas pudessem falar com ela, sobre as perguntas relacionadas ao Monitoramento Eletrônico e sobre o que as pessoas pensariam dela.

Goffman ainda afirma, que considerando o que se pode enfrentar ao entrar numa situação social mista, o indivíduo estigmatizado pode responder antecipadamente através de uma capa defensiva. Situação também vivida por Eva no hospital. Todas as enfermeiras e auxiliares ficaram curiosas e perguntaram o que ela tinha feito para estar usando o Monitoramento Eletrônico. Isso a incomodou e trouxe um sentimento de insegurança, fazendo com que ela mentisse sobre sua identidade social e sobre sua biografia.

2 - Sistema prisional e Dados do cárcere brasileiro

Um dos fenômenos marcantes da atual sociedade é o aumento considerável da criminalidade feminina. A mulher no sistema prisional brasileiro se encontra em situação de abandono, inclusive é uma realidade ainda pouco debatida e conhecida. E como num clamor nacional as políticas públicas buscam alternativas vazias e inúteis para esse fenômeno, como o policiamento ostensivo nas ruas numa tentativa de aumentar a sensação de segurança, penas mais severas e rigorosas e a criação de novos tipos penais. Como já disse, essas alternativas são vazias e inúteis e trazem um efeito contrário, como o aumento dos encarcerados, os elevados custos com o aprisionamento bem como os efeitos insalubres e deletérios do cárcere.

O Brasil possuía, em junho de 2014, um número assustador de pessoas presas. Esses números tendem a aumentar a cada dia. De acordo, com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em um levantamento histórico – primeira vez que foi utilizada o contingente de presos em prisão domiciliar, oferecendo um novo paradigma do déficit de vagas e modificação no percentual de presos provisórios no Brasil e nos Estados - juntamente com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF,

apresentou oficialmente o número de 711.463 presos (masculino e feminino) no sistema prisional e em prisão domiciliar. Esse número significa um déficit de 354.244 vagas no sistema prisional já que a capacidade é de 357.219 vagas. O levantamento apresenta também o número de Mandados de Prisão em aberto no BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão - que é de 373.991. Se fossem cumpridos todos os mandados de prisão em aberto juntamente com o total de pessoas presas, teríamos um total de 1.085.454, o que causaria um déficit de Vagas de 728.235.

Com esses números o Brasil alcançou o terceiro lugar no ranking dos dez países com maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América que ficou em primeiro lugar com 2.228.424 presos. O segundo lugar é da China, com 1.701.344 presos. Nesse ranking o Brasil está na frente de países como Rússia, Índia, Tailândia, México, Irã, África do Sul e Indonésia.

Detendo-nos ao estado do Rio de Janeiro, temos como número total de homens e mulheres encarceradas e em prisão domiciliar um total de 37.453. Só em cumprimento de prisão domiciliar tem-se 1.842 presos. Com esses dados o estado tem um déficit de vagas de 8.416. O estado do Rio de Janeiro fica atrás de São Paulo com 297.096 presos e Minas Gerais com 68.452 presos.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, os números impressionam e não param de crescer. Em maio de 2014 havia 779 presos provisórios na Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro que tem capacidade para 500 detentos, 245 detentas no Presídio Feminino Nilza da Silva Santos e 1.416 encarcerados no Presídio Carlos Tinoco da Fonseca que tem limite para 872 presos. Já em Itaperuna, cidade a 100 km de distância de Campos dos Goytacazes, tem cerca de 634 apenados no Presídio Diógenes Vinhosa Muniz. Esses dados foram obtidos a partir de visitas aos presídios mencionados.

Em face desses dados se faz necessário deixar o aprisionamento para os casos realmente em que a prisão não pode e nem deve ser evitada. E numa tentativa de se evitar essa situação desordenada do sistema prisional, o Estado adota algumas medidas e dentre elas, destaco nesse trabalho o Monitoramento Eletrônico de Presos, que será designado, a partir de agora, como ME.

3 – O Monitoramento Eletrônico de Presos

O ME é uma vigilância virtual. No estado do Rio de Janeiro é realizado pela Secretária do Estado de Administração Penitenciária – SEAP e acompanhado pela Vara de Execuções Penais - VEP, que determina quais detentos devem usar o ME.

Para utilizar o ME os apenados precisam atender aos requisitos de progressão de regime de pena; prisão domiciliar ou estar em cumprimento de medida cautelar. Geralmente, nas sentenças os presos são condenados inicialmente ao regime de pena fechado, podendo o regime vir a ser progredido para o semiaberto e aberto. Essas progressões de regime devem ser solicitadas a VEP. E a VEP que determina ou não o uso do ME.

No caso de qualquer infração às determinações relacionadas ao uso dos aparelhos de ME, um dispositivo de segurança aciona o alarme que é disparado em ambos os locais, SEAP e VEP. Existem três situações que o alarme é acionado: se o preso morrer, que é detectado pela falta de batimentos cardíacos; se os lacres da tornozeleira forem rompidos; se o preso sair do perímetro determinado e cadastrado na Central de Monitoramento e na SEAP.

Existem três modelos de aparelhos de ME disponibilizados pela empresa Spacecom: um modelo de ME com duas peças, um com peça única e um modelo de peça única e fio de carregador. No modelo de duas peças, enquanto monitorado, o apenado deve usar a Unidade Portátil de Rastreamento (UPR) juntamente com a tornozeleira, mantendo uma distância entre eles de no máximo 45 metros. Esses dispositivos se comunicam de forma criptografada através de radiofrequência. As informações de localização (GPS) e de alarmes adquiridas pela UPR são transmitidas para os servidores Spacecom via rede de telefonia celular (GPRS) e disponibilizadas via interface Web. Com isso, a instituição tem acesso aos dados de monitoramento de qualquer terminal conectado a Internet em tempo real. A Spacecom desenvolveu todos os aparelhos e tecnologias no Brasil. Ela utiliza dois simcards, ou seja, funciona com dois chips de duas operadoras de telefonia móvel diferentes. É uma forma de precaução, já que uma operadora pode falhar, ficar sem sinal ou o apenado ficar em um local de sombra de transmissão de dados.

O modelo de uma única peça deve ser fixado no tornozelo do sentenciado. E sua utilização e sistema de software e hardware são idênticos aos de duas peças. O mesmo acontece com o modelo de peça única e fio, contudo esse dispositivo precisa ser ligado a energia elétrica para ser recarregado, como acontece com um aparelho de celular.

Contudo, encontrei dificuldades de acesso a determinadas informações e informações contraditórias. No site da SEAP, aparece que o responsável pelo ME na cidade de Campos dos Goytacazes, inclusive com uma Central de Monitoramento é o Patronato Magarinos Torres, que é uma Instituição pública destinada a realizar o cumprimento dos benefícios penais. Fiz uma visita ao Patronato Magarinos Torres e eles informam que não tem Central de Monitoramento, que eles apenas recebem o aparelho e colocam nos apenados.

No site da SpaceCom não aparece o estado do Rio de Janeiro como estado atendido por eles, no site da SEAP não aparece qual empresa faz o ME, no site do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro e no site do Conselho Nacional de Justiça também não fala nada sobre o ME no estado do Rio de Janeiro. Não encontrei site do Consórcio de Monitoramento Eletrônico de Sentenciados. O que encontrei foi uma dificuldade para entender o funcionamento do ME no estado do Rio de Janeiro. Foram tantos desencontros de informação que pretendo buscar respostas e entendimento realizando visitas a VEP, a SEAP e conversando com juízes, desembargadores, diretores de presídio, agentes penitenciários e operadores do Direito.

4 – Relatos da Eva

4.1 – Primeiro momento – A vida pregressa de Eva

Peço para gravar a nossa conversa, mas ela acha melhor não. Então pego um caderno e uma caneta e digo que algumas coisas importantes que ela falar, eu iria anotar para não esquecer. Ela também acha melhor não. Meio frustrada e com receio de perder toda a fala dela dou prosseguimento a nossa conversa. Ela sentou no braço do sofá, e durante aproximadamente uma hora, tempo que conversamos, ela ficava olhando pela janela, como se estivesse vigiando ou esperando alguém. Todo barulho de veículo que passava na rua, ela levantava para olhar. Parecia que esperava alguém. Não sabia o que poderia acontecer e nesse momento comecei a ficar com um pouco de medo!

Ela mora com o marido, os filhos e a sogra. O marido e a sogra não estavam em casa. Ficou grávida do primeiro filho com 17 anos, estudava numa escola pública de Itaperuna e morava com a mãe, a irmã e a avó materna, na casa da avó. Seus pais haviam se separado quando ela tinha 10 anos de idade. Durante a gestação não parou os estudos e nessa época não entende que sofreu nenhum tipo de preconceito e discriminação. Porém não chegou a terminar o ensino médio na

época, vindo a parar no período do parto e pós-parto. O pai da criança não assumiu a responsabilidade e não ajuda na criação e sustento do filho.

Depois que o primeiro filho de Eva nasceu, a mãe dela cuidava do bebê para ela estudar, e assim ela conseguiu terminar o ensino médio. Desde a época de escola, Eva, sonha em fazer um curso técnico de enfermagem. E desde que concluiu o ensino médio, sua mãe não fica mais com o filho. Ela teve que assumir a responsabilidade e encarar a situação de cuidar de um filho sozinha. Nesse período ela morava na casa da avó com o filho.

4.2 – Segundo momento – encontro com tráfico

Eva precisava arrumar um emprego e conseguiu uma creche para deixar o menino, e foi trabalhar. Mas não deu certo. Ela não quis falar porque não deu certo. As contas e despesas com ela e com o filho não paravam de chegar. A avó e o pai ajudavam quando dava e essa ajuda não era o suficiente. Ela já conhecia no bairro quem era que traficava, assim procurou os “meninos” e disse que estava sem dinheiro e queria vender drogas. Foi a única solução que ela encontrou para seus problemas. E eles deram droga para ela vender. “Eu vendi muita droga, eles não querem saber se é homem ou mulher, o negócio é ganhar dinheiro. Tem muita gente que não acredita, mas eu nunca usei nenhuma droga na minha vida. Vendi muito, mas usar nunca usei”.

E foi por essa razão que entrou na criminalidade, que conheceu o tráfico, falta de dinheiro para sustentar o filho. E assim foi vivendo, vendendo droga até o dia que foi presa.

4.3 – Terceiro momento – encontro com a prisão e com o ME

No dia que foi presa, ela estava grávida de dois meses do segundo filho. O pai desse bebê é o atual marido dela. Ela não imaginava que iria ficar presa, achou que fosse ser liberada na delegacia. Tentou contato com o seu advogado, mas não conseguiu e no mesmo dia foi para o presídio feminino Nilza da Silva Santos, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Chegando lá, já foi avisando que estava grávida e não recebeu nenhum tratamento diferenciado por isso. No tempo que ficou presa em Campos, fez uma única consulta de pré-natal. Ficou presa nessa unidade por dois meses. Nesse período ela chegou a autorizar o filho a ir visita-la, mas mudou de idéia e não quis que o menino a visse naquela situação. A saudade era muito grande e arrependimento já estava maior que a saudade.

Depois de dois meses, ela foi transferida para o presídio Talavera Bruce em Bangu, no Rio de Janeiro, onde as detentas grávidas do estado ficam. Ela saiu de lá com oito meses de gestação. Elas ficam nesta unidade prisional, porque é aonde se deveria ter acesso ao acompanhamento médico necessário a uma gestante com mais agilidade e rapidez, porém não é um presídio exclusivo de gestantes. As gestantes – mais ou menos umas 60, de acordo com Eva - ficam todas em uma única cela, onde se tem um chuveiro e um banheiro.

“Eu não tinha visita, porque o dinheiro que minha mãe ia gastar para sair daqui de Itaperuna e ir ao Rio de Janeiro me visitar ela me mandava por carta para eu ficar lá. O meu marido também mandava dinheiro para mim, mas às vezes não dava nem para uma semana o dinheiro que eu tinha. A diretora exigia que a cela estivesse limpa. Eles adoram limpeza lá, mas não dão um material de limpeza, tudo você que tem que comprar. Tinha que varrer, passar pano na cela, o lençol branquinho e esticadinho em cima da cama, a camisa branquinho, não podia ter nada amarelado não. Tudo branquinho”.

“Quando eu cheguei no Talavera pensei que meu filho ia nascer lá, e era a última coisa que queria no mundo. Meu filho não podia nascer naquele lugar, ele não merecia. Minha mãe me contava por carta que o advogado tinha entrado com HC - Habeas Corpus -, mas já tinha 30 dias e não tinha nenhuma resposta. Eu já estava me preparando psicologicamente para ter meu filho ali e fazer o desligamento quando ele tivesse seis meses. Nessa época eu já estava com oito meses”.

“Estava um dia fazendo a minha unha, quando uma agente chamou meu nome e disse, vem cá que estão te chamando na Classificação. Eu pensei na hora, saiu minha sentença e meu filho vai nascer aqui. Fiquei muito nervosa e fui. Quando cheguei na Classificação, recebi a notícia que eu tinha ganhado alvará e ia sair de monitoramento. Nem acreditei, foi o dia mais feliz da minha vida! Eu ainda falei assim com ela, ‘nem acredito, só vou acreditar quando sair, quando estiver na rua só com minha roupa do corpo’. Eu já tinha ouvido falar do monitoramento, mas não sabia bem como era. A agente me explicou como é o ME e ela não sabia qual seria o meu modelo. No outro dia, o meu ofício chegou, eles colocaram a tornozeleira, e a minha ficou desse modelo “novo”, que ainda é menor e mais leve do que as mais antigas, e eu fiquei esperando chegar o oficial para ir embora. No outro dia eu saí... e foi uma sensação de alívio muito grande. Minha tia e o marido dela foram me buscar, eu cheguei em casa era onze e pouca da noite. Tinha festa para mim, minha mãe fez todas as comidas que gosto para mim, e eu comi muito. Comi tudo que estava com vontade e não podia comer lá. E o dia que cheguei era aniversário da minha avó. Foi um presente para ela e para a minha mãe. Não tem nada melhor do que sentir a liberdade. Eu usaria uma coleira no pescoço para sair daquele lugar”.

4.4 – Quarto momento – o nascimento do bebê e a liberdade monitorada

Ela relata, que quando saiu da prisão, procurou um médico para fazer o parto, já que ela sabia que esse dia estava perto, mesmo não tendo feito um acompanhamento de pré-natal corretamente.

“Fui a um monte de médico obstetra de Itaperuna, e nenhum deles quis fazer. Tinha dois motivos: eu não tinha dinheiro para pagar, e eles não queriam correr o risco de fazer a cesária de um bebê que não teve o pré-natal completo. No final, encontrei uma médica que aceitou fazer o parto e aceitou minhas condições financeiras. Eu fiquei aliviada. No dia que internei, fiquei um pouco nervosa, e avisei a minha mãe, ‘se você ouvir bate boca lá dentro, entra porque eu não vou engolir desaforo de ninguém, só eu sei o que passei”.

Continuando, ela diz que fez o parto com a tornozeleira e que a Unidade Portátil de Rastreamento ficou em uma mesa perto. A tornozeleira teve que ser isolada porque poderia causar queimaduras na pele dela na hora do corte do bisturi e da aplicação da anestesia. Todas as enfermeiras queriam ver a tornozeleira, e ficaram perguntando a ela o que era aquilo e o porquê daquilo.

“Quando entrei no centro cirúrgico e fui trocar de roupa, uma enfermeira me disse assim: ‘Você foi uma menina levada ou é?’ Eu disse que fui. E ela me perguntou o que tinha feito para estar usando aquilo. Eu disse que tinha sido homicídio. Tinha matado uma pessoa. Ela parou o que estava fazendo e me olhou meio assim, meio com medo. Aí eu falei, uma não. Duas pessoas! Ela disse que não acreditava que uma moça bonita tinha feito essas coisas – ela sorri meio constrangida – e eu disse que não fiz isso não. Foi por tráfico, Senhora, que fiquei presa”.

E durante os dias que precisou ficar no hospital, repetiu essa história por pelo menos uma dúzia de vezes. Não se sentiu estigmatizada em nenhum momento. Diz que foi muito bem tratada, ela e a neném.

“Até agora, já tem 3 meses, o único problema que vejo com o monitoramento são os defeitos que ele dá. E dá muito defeito. Sempre tem um problema, bateria que queima, GPS que tem que atualizar, e todas as vezes que acontece isso eu tenho que ir a Campos para consertar. As vezes chego lá e não tem a peça, as vezes o agente que faz o conserto não chega na hora marcada, e aí tenho que vir embora para Itaperuna e voltar no outro dia. Tudo isso é um gasto extra e eu não estou trabalhando. Sem contar que tenho medo de acontecer alguma coisa no caminho. Eu vou de ônibus e sempre procuro usar calça jeans ou legging, mas vai que tem alguém no ônibus com alguma droga, até eu provar que não tenho nada com isso, a droga vai ser de quem? De quem está com a tornozeleira. Não sinto que sofro tanto preconceito, as pessoas olham, mas nada que me incomode tanto”.

Quando precisa sair de casa para consultas médicas – único momento que pode sair de casa - ela tem que comunicar, por telefone, a Central de Monitoramento que vai estar fora de sua residência de tal hora até tal hora. Ela deve levar consigo todos os documentos de identificação civil, o ofício de concessão do ME e a Unidade Portátil de Rastreamento.

5 – Considerações finais

Nesse início de pesquisa me deparei com desafios, obstáculos e com a história de vida da Eva. Ao escutar o relato dessa jovem, vi que o ME é uma realidade na sociedade brasileira. O cotidiano desses apenados que usam o ME precisa ser conhecido e discutido. Todos os preconceitos, discriminações, estigma e limitações que eles sofrem no seu dia a dia devem servir de fomento para uma mudança tanto na esfera jurídica quanto na social.

As minhas hipóteses de pesquisa trazem uma consideração relevante. Os apenados que progrediram de regime de pena estão aptos para serem reinseridos na sociedade. Isso quer dizer que eles passaram por entrevistas com psicólogos e assistentes sociais e já cumpriram uma parte da sua pena nos regimes fechado e semiaberto. Dessa forma, se eles já estão aptos a serem reinseridos na sociedade porque precisam de monitoramento eletrônico? Por que precisam continuar expostos a toda forma de discriminação e estigma? Será que o apenado que usa o ME realmente se considera reinserido na sociedade ou ainda permanece a sua margem?

Por outro lado o sistema judiciário entende o ME como um benefício e solução para a superlotação dos presídios no Brasil além de ser uma opção menos onerosa para o Estado. Contudo, o apenado que usa o ME está com um atributo estigmatizante que interfere em todas as suas relações e interações sociais.

Outra hipótese de pesquisa que trago a baila é será que existe diferença estigmatizante para as mulheres e homens que usam o ME? Em relação à maternidade; ao mercado de trabalho; à família e amigos como são as impressões das mulheres apenadas que usam o ME? Será que existe diferença em relação aos homens que usam o ME?

E a pergunta que fica é: qual a percepção da sociedade, do sistema judiciário e da mulher apenada que usa a tornozeleira do ME diante dessa hipótese? Busco respostas para todas as perguntas e hipóteses que aqui apresentei dando continuidade a minha pesquisa de dissertação.

6 - Referências:

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1988. 158 p. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.

LIMA, Ricardo Vieira. TJERJ e SEAP realizam monitoramento eletrônico de presos. Interação, Rio de Janeiro, v. 39, p.9, 2011. Disponível em:

<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30092/informativo_39.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.



ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GT- GÊNERO/ANPUH

Encontro Nacional
do Grupo de Trabalho
Gênero/ANPUH

19 e 20 de novembro em Vitória
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

SEAP. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=1484134>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SPACECOM. Monitoramento eletrônico de presos. Disponível em:

<<http://www.spacecom.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.